

**RE nos EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.263.864 -
RN (2018/0061713-3)**

RELATORA : **MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE : **CLEIDE BATISTA DE SOUZA**
RECORRENTE : **ARTHUNIO DA SILVA MAUX**
RECORRENTE : **FRANCISCO DE ASSIS CÂMARA**
RECORRENTE : **JURANDIR NAVARRO DA COSTA**
RECORRENTE : **ODULIO BOTELHO MEDEIROS**
RECORRENTE : **RAIMUNDO BEVENUTO DA SILVA**
ADVOGADOS : **RAIMUNDO BEVENUTO DA SILVA (EM CAUSA PRÓPRIA)**
- RN000782
FRANCISCA MARGARETH DA SILVA COELHO XAVIER -
RN007032
RECORRIDO : **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO**
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
RECORRIDO : **ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**
PROCURADORE : **LUIS MARCELO CAVALCANTI DE SOUSA** - RN007003
S
CARLOS FREDERICO BRAGA MARTINS E OUTRO(S) -
DF048750

DESPACHO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por CLEIDE BATISTA DE SOUZA E OUTROS, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Egrégia Primeira Turma deste Superior Tribunal de Justiça.

Da análise dos autos, evidencia-se a ausência de comprovação do pagamento das custas recursais - *vide* certidão à fl. (405).

À vista disso, intime-se os recorrentes para que comprovem o pagamento do preparo ou, caso não tenha sido efetuado, realizem o recolhimento das custas em dobro, no prazo de 5 (cinco) dias, conforme disciplina o § 4º do artigo 1.007 do Código de Processo Civil, sob pena de deserção.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 08 de fevereiro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente